

O AMBIENTE DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL E O ECOSISTEMA EMPREENDEDOR DE ALTO IMPACTO: PORQUE O EMPRESARIO BRASILEIRO POSSUI DIFICULDADES EM INOVAR?

Taís da Silva Melzani¹, Leticia Durigan¹, Rosangela Bruni¹, Barbara dos Santos¹ e Danilo Duarte²

- 1- Discentes do 8º Semestre de administração de empresas
- 2- Professor mestre, em administração de empresas

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar informações e dados sobre o atual ambiente das MPEs no Brasil e desenvolver através de uma pesquisa exploratória e descritiva, orientações para que o microempreendedor compreenda o ambiente dos empreendimentos de alto impacto e entenda a importância em se envolver no mercado da inovação. Com apoio do referencial teórico apresentado (empreendedorismo e políticas públicas) O estudo também discute questões relacionadas a dificuldade do microempreendedor brasileiro em inovar e obter vantagem competitiva sobre.

Palavras chave: Micros e pequenas empresas, empreendedorismo e políticas públicas.

Abstract

The purpose of this paper is to present information and data about the current environment of MSEs in Brazil and to develop, through exploratory and descriptive research, guidelines for microentrepreneurs to understand the environment of high impact enterprises and understand the importance of becoming involved in the market of innovation. With support of the presented theoretical framework (entrepreneurship and public policies) The study also discusses issues related to the difficulty of the Brazilian microentrepreneur in innovating and gaining competitive advantage over.

Keywords: Micros and small companies, entrepreneurship and public policies.

Introdução

Diversos estudos acadêmicos nacionais e internacionais enfatizam a importância das MPEs no desenvolvimento econômico mundial. Contribuições nas taxas de empregabilidade, desenvolvimento de tecnologias e geração de produtos e serviços que agregam valor econômico são exemplos que estimulam a dinâmica destes empreendimentos. Contudo diversos países, principalmente os subdesenvolvidos e os em desenvolvimento, enfrentam dificuldades na expansão e formalização destes negócios, comprometendo os efeitos positivos gerados na aplicabilidade destes programas.

Neste contexto, desde 2006 o Brasil está em um processo de constante transformação no que se refere a práticas de políticas públicas direcionadas a regulamentação das MPes. A ascensão da Lei geral das Microempresas e empresas de pequeno porte e a criação do simples nacional contribuiu efetivamente na desburocratização e formalização dos microempreendedores, mas o estímulo ao empreendedorismo não se resume apenas ao ambiente regulatório, é necessário explorar as vertentes ligadas ao desenvolvimento e fomento da inovação, fator relevante para a criação de negócios de alto impacto.

Os poucos municípios no Brasil que possuem exemplos de ecossistemas propícios a ascensão de empreendedores de alto impacto (Campinas, São José dos Campos, Florianópolis e etc.), não conseguem suprir a carência deste tipo de empreendimento no país, dessa maneira questões como “Por que o Brasil tem poucos empreendedores que geram inovação (alto Impacto)?” E “O que é necessário para que as MPes se tornem mais competitivas”?

Neste cenário o objetivo deste trabalho é apresentar informações e dados sobre o atual ambiente das MPes no Brasil e desenvolver através de uma pesquisa exploratória e descritiva, orientações para que o microempreendedor compreenda o ambiente dos empreendimentos de alto impacto e entenda a importância em se envolver no mercado da inovação.

O estudo também discute o referencial teórico sobre os temas: Empreendedorismo, políticas públicas e práticas de estímulo ao empreendedorismo /Inovação e sugere alternativas para compreender o ecossistema inovativo.

1.O ambiente das MPes no Brasil

Segundo o Sebrae-NA, no Brasil existem 6,3 milhões de empresas, desse total, 99% são micro e pequenas empresas (MPes). Os pequenos negócios (formais e informais) respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado e neste universo apenas 35 mil são classificadas como de alto crescimento, sendo responsáveis por quase metade da criação de empregos da economia brasileira (Endeavor 2014).

No Brasil, os empreendedores por oportunidade são maioria, sendo que a relação oportunidade X necessidade tem sido superior a 1,4 desde o ano de 2007 (Portal Brasil)

O setor com maior participação dos empreendedores é o de serviços e do comércio.

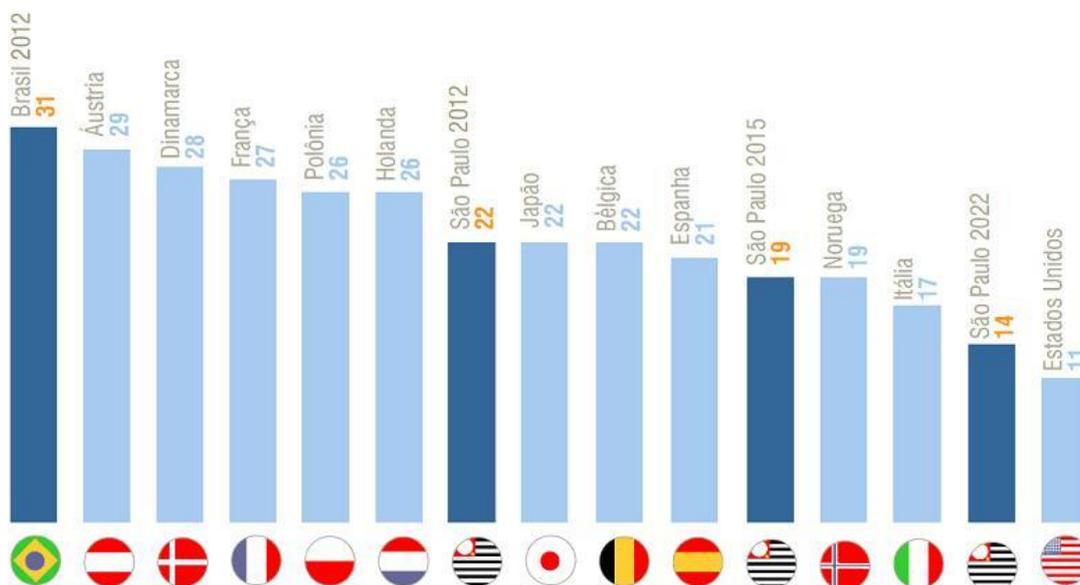
Percentual dividido por Setores



Fonte: Adaptado Sebrae 2014

O País também se torna referência no quesito número de empreendedores, ocupando posições próximas a de países desenvolvidos.

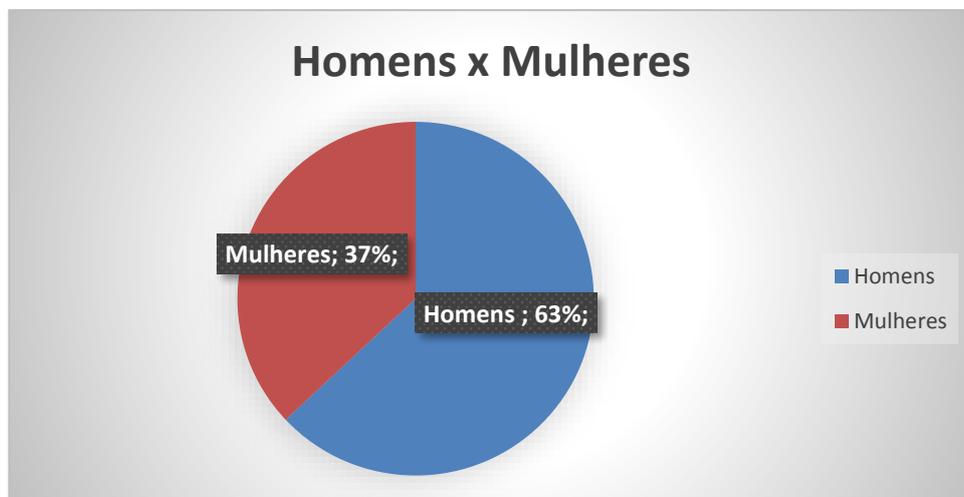
Habitantes por MPEs comparações, internacionais



Fonte: Elaborado pelo Sebrae-sp

No contexto nacional, o número de empreendedores do gênero masculino ainda é maioria.

Quanto ao gênero: Homens x Mulheres



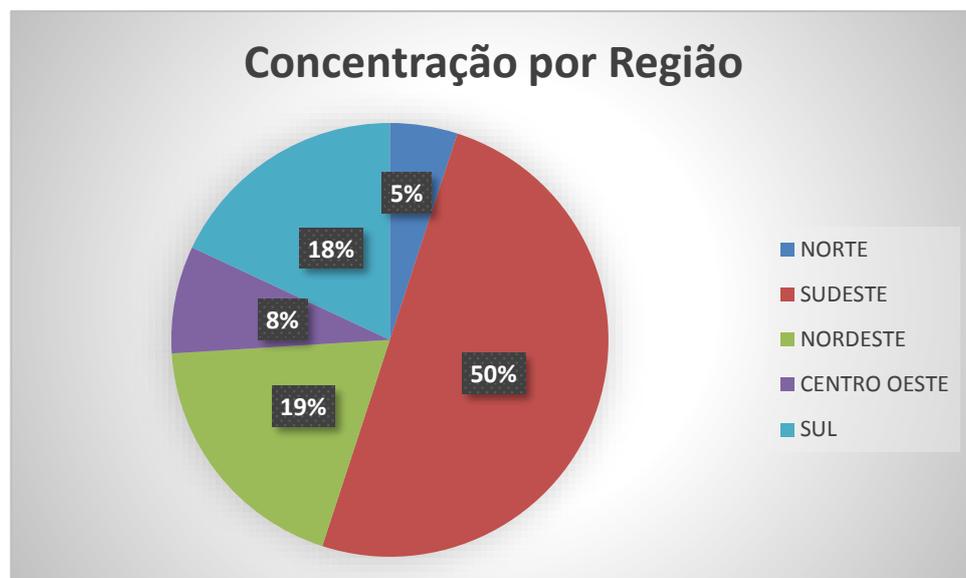
Fonte: Sebrae, 2014

Divisão por setor



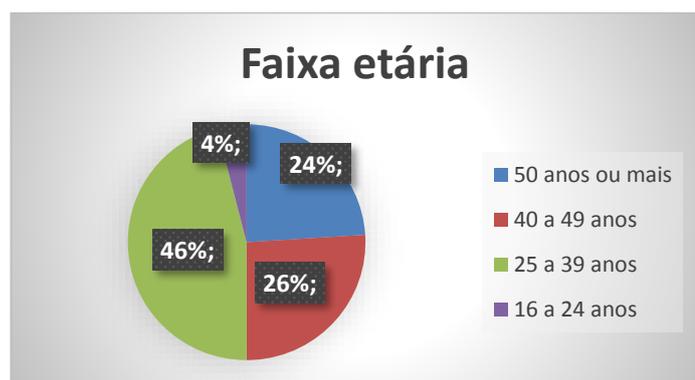
Fonte: Sebrae 2014

Concentração por região

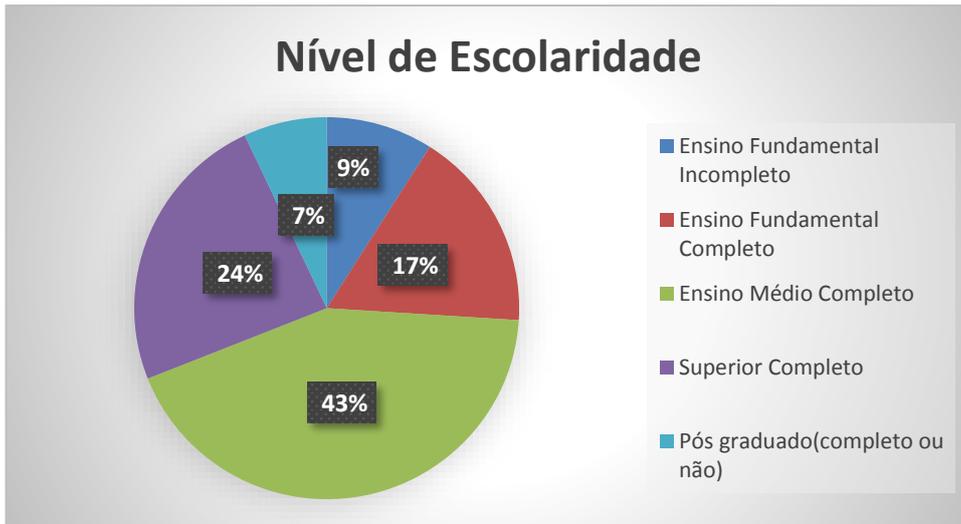


Fonte: Receita Federal

Faixa etária



Nível de escolaridade

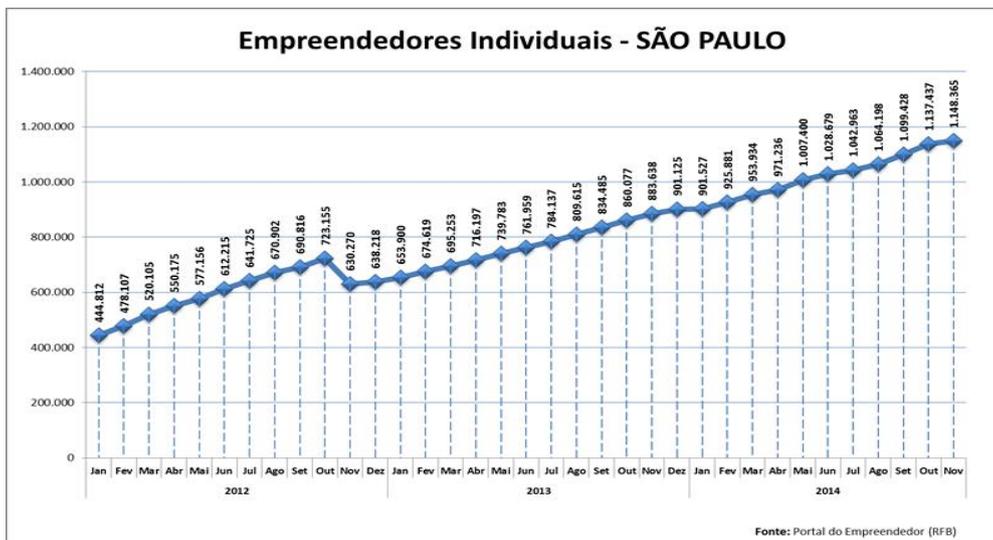


Fonte: Sebrae 2014

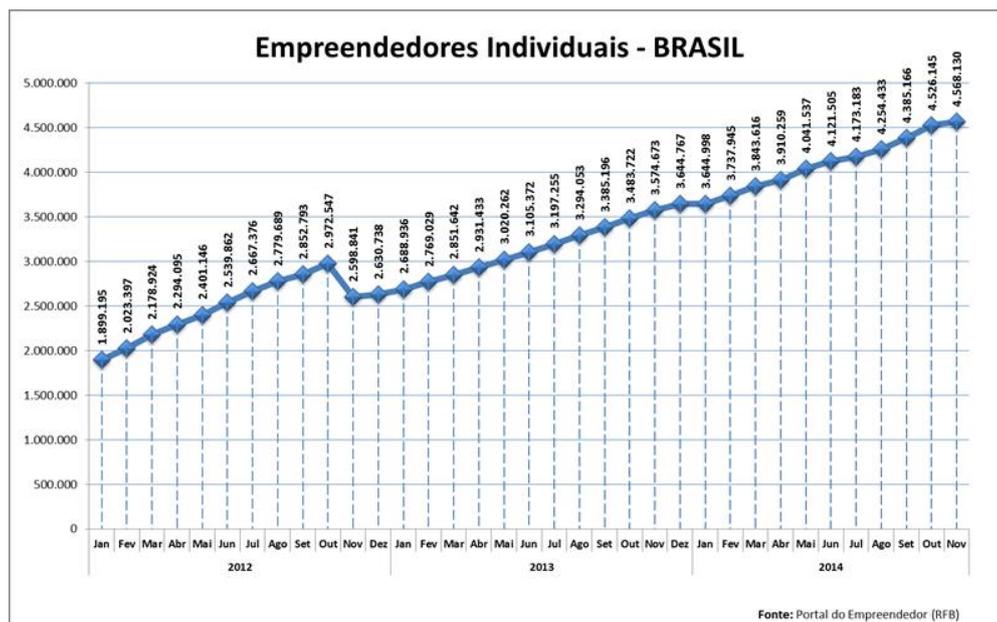
1.1 A evolução dos Microempreendedores individuais no decorrer dos anos, após a Lei Complementar 128/2008.

Vejam os segundo o Portal do Empreendedor, o gráfico de evolução desse tipo de empresa. Para efeito comparativo no primeiro gráfico analisamos somente o Estado de São Paulo e no segundo demonstramos os números em escala federal.

Dados do Estado de São Paulo



Dados Nacionais:



O número de trabalhadores autônomos cadastrados como MEI (microempreendedores individuais) chegou a 4,1 milhões em todo o país. Os dados são do Portal do Empreendedor.

O Estado com maior número de microempreendedores cadastrados é São Paulo, com 1,02 milhão de trabalhadores autônomos (24,8%). Seguido pelo Rio de Janeiro (486,6 mil) e Minas Gerais (440,3 mil). As profissões que lideram a adesão ao programa são comerciante de artigos de vestuário e acessórios, com 424.077 trabalhadores; barbeiro, com 282.322; e pedreiro, com 142.698.

A maior parte dos profissionais cadastrados como microempreendedores individuais tem entre 31 e 40 anos de idade (1,35 milhão). Trabalhadores entre 21 e 30 anos são mais de um milhão entre os MEIs. Pessoas entre 41 e 50 anos somam 974 mil no cadastro.

(Portal do empreendedor, 2014)

Segundo estudos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no Brasil, a participação das microempresas pode ser atribuída conforme os seguintes percentuais:

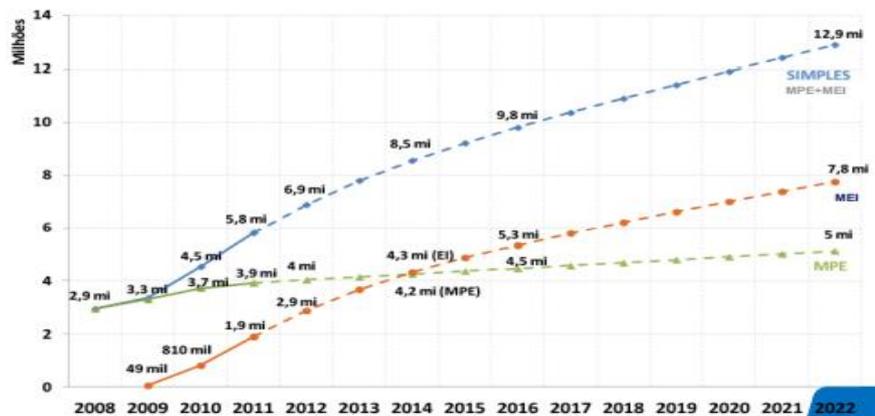
- 52% do saldo de empregos formais
- 25% do PIB
- 70% das novas vagas geradas por mês
- 1% das exportações

Sendo:

- 15% na indústria
- 5% na construção civil
- 49% no comércio
- 31% em serviços

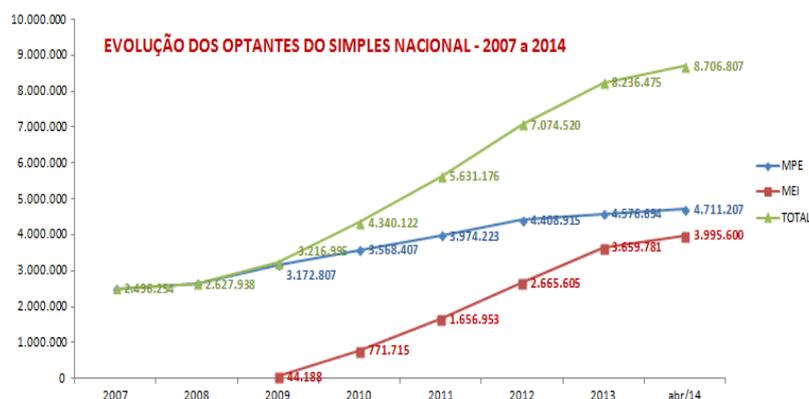
O gráfico abaixo demonstra, conforme informações do SEBRAE a partir de dados da Receita Federal, uma projeção de crescimento por categoria de empresa até 2022, onde pode-se observar a tangente de crescimento que envolve as MPes.

Projeção de crescimento por categoria



Fonte: SEBRAE (2012)

Formalização entre Julho/2007 e Abril/2014,



Fonte: Receita Federal

1.2 Lei geral

O Sebrae realiza um monitoramento sobre os municípios que aderiram a Lei Geral, esse acompanhamento auxilia no direcionamento de ações mais focadas para que essas cidades também façam parte e possam beneficiar seus empreendedores com as mudanças trazidas pela Lei.

1.2.1 Constatações:

- 73,6% dos municípios brasileiros possuem a Lei Geral Regulamentada e 31,2% a Lei Geral Implementada.
- Entre março/2013 e abril/2014, após a formalização das parcerias com os Tribunais de Contas Estaduais, o número de municípios com a Lei Geral implementada dobrou.

O quadro 1 apresenta os Estados com a quantidade de municípios com a Lei Geral Regulamentada:

Estado	Municípios	Municípios com Lei Geral Regulamentada	% dos Municípios com Lei Geral
AC	22	22	40,91
AL	102	102	70,59
AM	62	50	50
AP	16	16	62,5
BA	417	311	33,09
CE	184	145	48,37
DF	1	1	100
ES	78	78	39,74
GO	246	184	49,19
MA	217	130	33,64
MG	853	514	30,95
MS	79	62	51,9
MT	141	141	100
PA	144	74	30,56
PB	223	109	39,46
PE	185	117	31,35
PI	224	178	37,95
PR	399	353	34,09
RJ	92	92	69,57
RN	167	155	32,34
RO	52	45	32,69
RR	15	15	53,33
RS	497	430	34,61
SC	295	293	100
SE	75	40	36
SP	645	327	38,76
TO	139	114	77,7
TOTAL	5570	4098	

Fonte: Sebrae 2014

O quadro 2 apresenta os municípios com a lei regulamentada e implementada:

Estado	Municípios	Municípios com Lei Geral Implementada	% dos Municípios com Lei Geral
AC	22	9	40,91
AL	102	72	70,59

AM	62	31	50,00
AP	16	10	62,50
BA	417	138	33,09
CE	184	89	48,37
DF	1	1	100,00
ES	78	31	39,74
GO	246	121	49,19
MA	217	73	33,64
MG	853	264	30,95
MS	79	41	51,90
MT	141	141	100,00
PA	144	44	30,56
PB	223	88	39,46
PE	185	58	31,35
PI	224	85	37,95
PR	399	136	34,09
RJ	92	64	69,57
RN	167	54	32,34
RO	52	17	32,69
RR	15	8	53,33
RS	497	172	34,61
SC	295	295	100,00
SE	75	27	36,00
SP	645	250	38,76
TO	139	108	77,70
TOTAL	5570	2427	

Fonte: Lei geral, 2015

2. O que a Ciência discute sobre o empreendedorismo? (Revisão Bibliográfica)

2.1 Empreendedorismo de oportunidade Vs Empreendedorismo de Necessidade

Um estudo de 16 economias desenvolvidas constatou que a atividade empreendedora enriquece a economia e explica aproximadamente metade das diferenças entre níveis de crescimento entre países (Zacharakis, Bygrave and Sheperd 2000, Henderson 2002). Portanto os estágios de desenvolvimento econômico assim como o estágio econômico das políticas públicas influenciam a

dinâmica destas ações. A natureza e a estrutura das atividades empreendedoras variam através dos países, sendo que os níveis de empreendedorismo refletem, por exemplo, na relação entre volume de empreendedores por necessidade e empreendedores por oportunidade (Acs, Desai, Hessels 2008). Varga 2005 estudou 11 países e constatou que o empreendedorismo de oportunidade tem efeito positivo, enquanto o de necessidade é irrelevante.

Em 2013 a proporção de empreendedorismo por oportunidade no Brasil foi de 71,3% ,um percentual expressivo. Em relação a 2012, essa proporção aumentou em todas as regiões, exceto na região centro-Oeste. (GEM 2013)

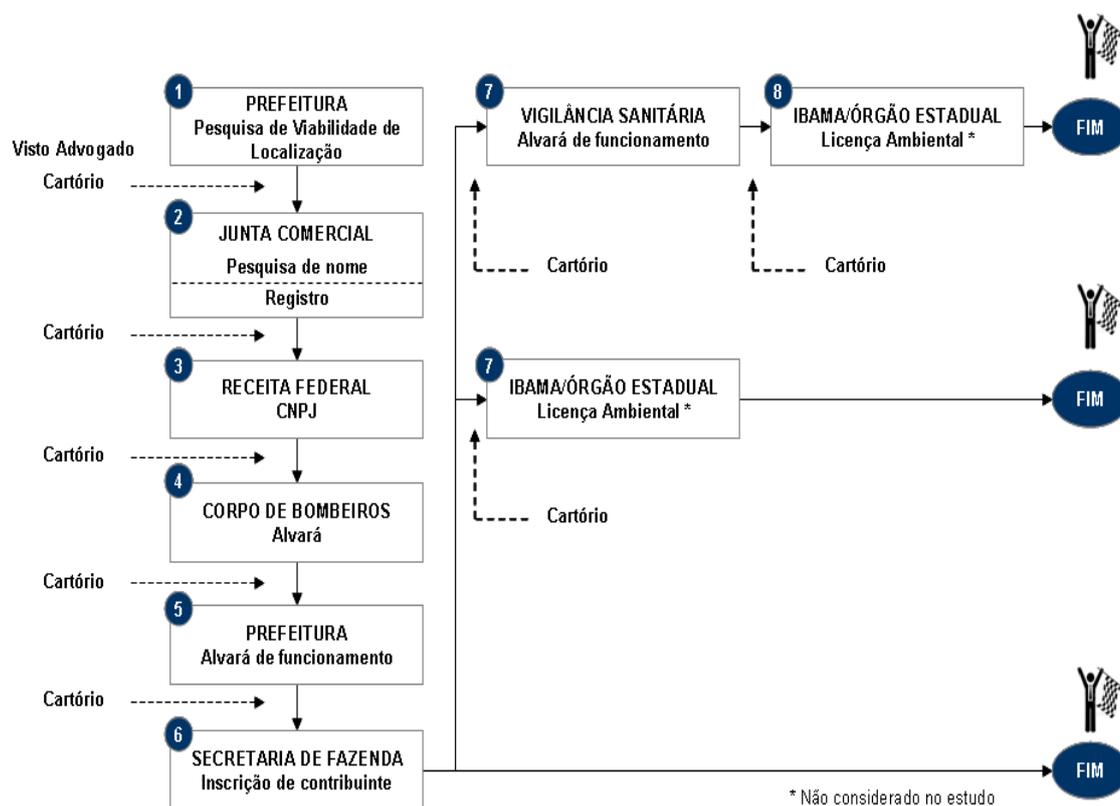
Na busca de crescimento e desenvolvimento econômico Governos empregam uma mistura de abordagens para afetar o comportamento de novas empresas (Startup), MPES e proprietários empreendedores. Para a maior parte das MPES o papel do governo em "alterar impedimentos" significa reduzir os custos de transação, portanto o objetivo é diminuir ou eliminar barreiras de entrada (Butter and Hudson 2009, Hoffman 2007). Já a postura de políticas públicas direcionadas a inovação e ao empreendedorismo que favorece principalmente os empreendedores de oportunidade e alto impacto possui base na escola econômica de Shumpeter, que se estrutura no investimento de atividades de conhecimento e inovação (AUDRETSCH 2012).c.

2.2 A diminuição dos custos de transação e as Barreiras de entrada para o Microempreendedor Brasileiro: A importância das políticas públicas regulatórias

Segundo o Portal do Empreendedor, site gerido pela Receita Federal, o indivíduo que optar por abrir uma microempresa deverá seguir os seguintes passos:

- Junta Comercial, para fazer o registro da empresa e o seu enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- Aprovação prévia de órgãos e entidades governamentais, quando for o caso;
- Secretaria da Receita Federal, fazer a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- Secretaria da Fazenda, no caso da empresa exercer atividade comercial ou industrial, deverá fazer a inscrição como contribuinte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias).
- Prefeitura Municipal, será necessário fazer a inscrição na Secretaria da Fazenda ou de Finanças da prefeitura.
- Inscrição no FGTS, na Caixa Econômica Federal;
- E por fim, a inscrição nos conselhos de classe, quando for o caso (CREA, CRM, CREA, etc.).

Ao analisar o quadro criado pela FIRJAN em 2010, pode se perceber que não houve mudanças representativas nesse processo no decorrer dos últimos 5 anos.



2.3 Políticas Públicas no Brasil.

Do ponto de vista histórico pode-se ressaltar as mudanças ocorridas na legislação brasileira:

No Brasil, os incentivos às micro e pequenas empresas já estavam previstos na Constituição de 1988. No título VII (“Da Ordem Econômica e Financeira”), Capítulo I (“Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica”).

Em cumprimento a esse preceito constitucional, surgiu a Lei Federal no 9.317/1996, que instituiu o Simples. Esse sistema unifica, simplifica e favorece o recolhimento de tributos por micro e pequenos estabelecimentos. Entre as vantagens estavam:

- Tributação com alíquotas favorecidas
- Recolhimento centralizado de impostos e contribuições federais, utilização da DARF (Documento de Arrecadação da Receita Federal)
- Cálculo simplificado do valor a ser recolhido
- Dispensa de pagamento de contribuições federais, inclui-se aí as contribuições destinadas ao Sesc, Sebrae, Senac, Senai e seus congêneres.

2.4 Empreendedores estilo de Vida e Empreendedores de alto impacto.

Empreendedores Estilo de vida: São empreendedores que constituem negócios tradicionais como padarias, salões de beleza, confecções e etc.

Empreendedores de alto impacto: São empreendedores que desenvolvem produtos ou serviços altamente escaláveis isto é, com alto potencial de crescimento e com custos de produção com baixa relação com a demanda. (Sarfati 2013)

2.5 Negócio escalável e negócio não escalável.

Considere o seguinte exemplo, a produção de um software e de uma mesa de mogno. O Software é produzido apenas uma vez e é comercializada através de licenças, já a mesa de mogno é produzida de acordo com a demanda. Para atender 1000 clientes que desejam o Software é necessário comercializar apenas 1000 licenças que nada mais são do que 1000 cópias instantâneas autorizadas, já para atender 1000 clientes que desejam uma mesa de mogno é necessário fabricar 1000 vezes a mesma mesa, exigindo diversos custos como matéria, prima, mão de obra e tempo.

2.6 O empreendedorismo de Alto Impacto

Diversas teorias são discutidas com o objetivo de identificar quais são os métodos relevantes para unir a habilidade de reconhecer oportunidades e a pré-disposição para abrir um novo negócio. A Teoria de conhecimento abundante do empreendedorismo, The Knowledge Theory of Entrepreneurship (KSTE), proposta por Audretch e Keilbach em 2005, constatou que novos conhecimentos e ideias que ainda não foram totalmente aproveitadas pelo mercado são fontes que sustentam a dinâmica do empreendedorismo, dessa forma, diversos autores sintetizaram este conceito e identificaram que a geração do crescimento econômico é um processo que exige a união tanto de Ações empreendedoras com a de pesquisas científicas.(Acs et al. 2009; Braunerhjelm et al. 2010 ; Chelacci 2003)

2.7 Como unir Ações empreendedoras com pesquisas científica?

A ação empreendedora é a percepção de identificar oportunidades e utiliza-las afim de alavancar um empreendimento (Hills e Laforge 2006), contudo o desenvolvimento de oportunidades depende da viabilidade, e esta é desenvolvida através de pesquisas.

Neste contexto criação e a exploração do conhecimento desenvolvido pelas Universidades possui um papel relevante. A comercialização de pesquisas universitárias tem ganhado importância e resultou na emersão de iniciativas públicas para promover tais atividades (Link and Scott, 2010; Wright et al., 2007; Lockett et al.,2005; OECD, 2003). Nos EUA uma das chaves de estímulo foi a criação da legislação “ Bayh-Dole Act” que permitiu a transferência do direito intelectual das invenções financiadas pelo governo para as próprias instituições que promoveram o projeto, antes dessa lei qualquer invenção financiada por verba pública era de total propriedade do governo, desestimulando a iniciativa científica (Link, 2006; Goldfarb and Henrekson, 2003; Mowery and Sampat, 2001).

2.8 Transferência da Tecnologia Universitária, um exemplo Brasileiro

Internacionalmente reconhecida por ensino e pesquisa, em 2003 A Universidade de Campinas (Unicamp) criou o Unicamp Innovation Agency (Inova) que se tornou o primeiro escritório de transferência de tecnologia estabelecido em uma Universidade Brasileira. Este programa fortaleceu a parceria entre a Universidade, empresas e agências do governo, tendo como objetivo criar oportunidades que contribuem para o crescimento econômico e social. Parte do programa se responsabiliza pela e proteção e explicação da importância da propriedade intelectual, preparando e administrando patentes, negociando licenças sobre tecnologia e gerenciando incubadoras para Startups. (WIPO 2014)

Inova considera a propriedade Intelectual uma ferramenta essencial na disseminação do conhecimento e enfatiza a contribuição deste processo no desenvolvimento social, trazendo Universidades e Empresas em uma parceria que beneficia todas as partes.

Inova Campinas, progresso em 2008

Patentes	51
Aplicações Internacionais	12
Marcas Registradas	13
Programas de computador	10
Ganhos com royalties	R\$ 900.000,00

Fonte: Adaptada WIPO 2014

Áreas de atuação:

- Farmácia
- Vacinas
- Telecomunicação
- Softwares e Programas

Contudo, Atualmente (2015) o Brasil alcança apenas 0,2% da produção de patentes mundiais. No atual Ranking de Patentes o E.U.A é o país que possui o maior número (2,2 Milhões) seguidos por Japão (1,6 Milhões) e China (875 mil) sendo que este último foi o país que mais cresceu (26%) em 2014 em relação a pedidos de registro de patentes.(WIPO 2014). A abordagem de patentes no Brasil ainda é um assunto recente comprado a países desenvolvidos, somente em 1996 produtos químicos, medicamentos e alimentos foram enquadrados com objetos passíveis de registro como propriedade intelectual e a lei de Inovação de 2004 ajudou a estimular ações para a disseminação deste processo.

Neste cenário o governo tem subsidiado empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento, sendo que, no intervalo de 2003 a 2008, o número total de patentes subiu 26% (A cada 10 patentes 7 pertencem a Universidades), porém no cenário global, esta tendência de crescimento da atividade inovadora brasileira é ofuscada pelo crescimento da China, que no mesmo período teve o crescimento de 600%.(Moraes, 2013).

2.9 Incentivo ao empreendedorismo

Programas de governo em muitos países (EUA, Suécia, Austrália e Malásia) estimulam o empreendedorismo e a inovação por exercerem um papel chave no crescimento econômico (Styles and Seymour 2006, Kropp and Zolin, 2005). Contudo, para todo êxito das intervenções de sucesso, existem muitos projetos que fracassam, países diversos (EUA, Austrália, Malásia, Inglaterra e Noruega) perderam milhões ao subsidiar instituições e projetos que apresentaram deficiência gerencial. (Mangelsdorf 2010; Lerner 2010) assim a qualificação profissional e a eficácia gerencial enfatizam a importância do capital intelectual na dinâmica desses projetos.

No E.U.A a relação entre Indústria e Universidade seja ela, através de Joint Ventures, Consórcios ou parques de pesquisa tem crescido desde a década de 80 (Babbage 2011; Audretsh and Lehmann 2005; Tasse 2008; Link and Welsh 2013).

3. Discussão do tema

Quando se discute sobre Países desenvolvidos como E.U.A e Japão facilmente uma lista de grandes empreendedores é preenchida: Steve Jobs, Bill Gates, Jack Dorsey, Soichiro Honda, Kiichiro Toyoda e etc. Já no caso do Brasil esta tarefa ainda se torna árdua e conseqüentemente Levanta as questões apresentadas na introdução, “Por que o Brasil tem poucos empreendedores que geram inovação (alto Impacto)? “ O que é necessário para que as MPES brasileiras se tornem mais competitivas?

Mesmo com todos os avanços na prática das políticas públicas regulatórias Abrir um empreendimento no Brasil ainda exige esforço e persistência, o processo exige etapas como a criação de uma CNPJ, cadastro na junta comercial, pagamento de taxas e alvará de funcionamento.

Considera-se que alguns municípios possuem vantagens nesta etapa, os que possuem as salas do empreendedor contam com o Posto de atendimento SEBRAE, posto fiscal, receita, banco do povo em um único espaço físico, agilizando de forma relevante o processo de abertura. Dessa maneira o modelo deste programa se torna referência e sua propagação necessária.

Outra prática positiva a ser considerada é o processo de formalização dos Microempresários individuais (MEIS). Todo o procedimento de abertura é realizado através do Portal do Empreendedor, plataforma online gerida pela Receita Federal. Com ele o empreendedor registra a empresa na Junta Comercial e efetua seu cadastro junto à Receita Federal do Brasil, INSS, Estado e Município, onde se estabelecerá.

A redução e a simplificação na carga tributária são os pontos fortes desta modalidade. Abaixo um resumo das características do MEI:

- Receita bruta até R\$ 60.000 ano contemplando 12 meses;
- Até um empregado;
- Empresário Individual;
- Sem participação em outra empresa (sócio ou titular)

A implementação da lei geral das microempresas juntamente com a criação das salas do empreendedor e o processo de formalização dos MEIs é a prova de que o país já deu início ao desenvolvimento das políticas públicas regulatórias, contudo estes levantamentos ainda não respondem as questões iniciais, isso ocorre pelo fato de que gerar inovação e alto impacto é uma tarefa que envolve diversos outros fatores.

Para discussão deste tema foi usado como referencia o FRAMEWORK para avaliação do Ambiente empreendedor proposto pela Endeavor:



Fonte: Endeavor 2014

A proposta da Endeavour foi mensurar o quanto o ambiente de determinado município é propício as práticas do empreendedorismo, estes parâmetros quando confrontados com a revisão bibliográfica se apresentaram pertinentes para estimar a características que influenciam um empreendimento ligado a inovação.

Se associarmos os dados levantados nesta pesquisa com este modelo proposto pela Endeavour percebe-se que as políticas públicas em sua maioria focaram reduzir o tempo dos processos e simplificar a cobrança dos impostos (Ambiente regulatório). Os demais índices variam de região para região, as cidades de Jundiaí e Campinas por exemplo possuem uma infraestrutura já constituída, contudo isso não vale para muitos municípios do país.

Ressalta-se, também, que um ambiente inovativo e propício ao empreendedorismo, depende de diversos fatores e parcerias, não existindo, assim, um fator determinante para que se consiga inovar e criar produtos ou serviços de alto impacto, a dinâmica no processo depende desde a vontade política até a vontade de cada um em acreditar em uma idéia, dessa maneira esta pesquisa declara a seguinte questão: “Empreender e Inovar é possível, só basta querer”

È indiscutível que o Brasil possui suas limitações mas muito se evolui na questão de empreendedorismo, possuímos Startups, empresas de alto Impacto ,incubadoras, aceleradoras e Universidades competentes o país realmente se encontra em um estágio embrionário, mas já temos alguns casos de sucesso.

3.1 Exemplos de Startups Brasileiras de alto impacto:

3.1.1 Plataforma online GetNinjas

Com dois anos de vida (abertura em 2011), a plataforma tem estrutura capaz de distribuir uma solicitação de orçamento para cinco profissionais em menos de uma hora. A ideia é que o cliente tenha ao menos três orçamentos em mãos cerca de 24 horas depois de feito o pedido. A rapidez (o serviço precisa ser ágil como os ninjas japoneses) garantiu à empresa formar uma lista de 40 mil prestadores de serviços em 4 mil cidades brasileiras, além de média de mil solicitações de orçamento por dia. No primeiro ano, a GetNinjas movimentou 2 milhões de reais. (Revista Veja 2013)

A proposta dessa empresa é simples: Desenvolver orçamentos de maneira eficaz. Inúmeras empresas de diversos ramos gastam tempo e sua força de trabalho com este tipo de serviço, neste contexto a Getninjas enxergou a necessidade e trouxe uma solução para o problema.

3.1.2 Conta Azul

A startup comercializa a ferramenta de gestão para micro e pequenas empresas. Por meio de um sistema simplificado, o dono do negócio pode controlar todas as operações de seu negócio, entre elas, volume de compras, vendas, estoques, fluxo de caixa e emissão de notas fiscais. Vinícius Roveda, fundador da startup, enxergou oportunidade num segmento que sofre com altas taxas de mortalidade justamente por falta de gestão e planejamento. Segundo ele, o software pode ser baixado pela internet. Dessa forma, é possível economizar na compra de hardwares e contratação de serviços técnicos. “É uma nova geração de softwares, se faz tudo pela internet. Normalmente esse tipo de tecnologia é acessível às empresas de grande porte”. A própria Conta Azul faz o back up de dados e tem uma equipe responsável pela segurança das informações. (Revista Veja 2013)

A proposta da conta azul foi trazer soluções para as dificuldades que os microempresários enfrentam em seu dia a dia.

3.2 Por que o Brasil possui poucos empreendedores de alto Impacto;

O país já possui diversas alternativas para fomentar o empreendedorismo de alto impacto contudo, estas plataformas ainda estão muito dispersas, existem municípios que possuem parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras e municípios que sequer possuem a Sala do empreendedor, neste contexto o empreendedor que busca se aventurar nesta dinâmica da Inovação tem que buscar a proximidade destes ecossistemas inovadores (Campinas, São José e Florianópolis). Outro fator relevante é a questão cultural, a imagem do empreendedor brasileiro não tem o mesmo impacto que empreendedores americanos, nossa cultura ainda é empregatícia, onde os grandes salários estão relacionados a cargos públicos ou direção de empresas multinacionais, pouco se discute sobre patentes e muitos não investem nas próprias ideias.

3.3 O que é necessário para que as MPes brasileiras se tornem mais competitivas;

Basear-se no princípio da competitividade que é gerar um produto ou serviço difícil de ser copiado, consiste em declarar que o país ainda inova muito pouco e carece de investimentos e parcerias no desenvolvimento de tecnologias e modelos de negócio, contudo o Brasil ainda esta em um processo de transição ascendendo as políticas públicas regulatórias e se encontra em um estágio embrionário para o fomento das políticas relacionadas ao estímulo do empreendedorismo.

4. Dúvidas frequentes

- 1- O que é o Microempreendedor Individual (MEI)?
- 2- O Microempreendedor Individual poderá trabalhar em sua residência?
- 3- Quais as atividades podem ser enquadradas como MEI?
- 4- Preciso ter contabilidade?
- 5- O que ocorre se ultrapassar o faturamento de R\$ 60.000?
- 6- Como funcionará o ambulante que trabalha na rua?
- 7- Como posso me formalizar? E quanto tempo isso demora?

- 8- Qual o custo para formalização?
- 9- Qual a idade mínima para se formalizar?
- 10- O MEI deve ter contrato social? Pode ter sócio?
- 11- Poderá ser cadastrado um nome fantasia? Como proceder?
- 12- Minha ocupação não consta no Portal, como faço para me formalizar?
- 13- É possível transferir o CNPJ do MEI para outra pessoa?
- 14- Quais são os impostos que devem ser pagos pelo MEI, quais os vencimentos?
- 15- Qual o procedimento para recolhimento dos impostos?
- 17- O MEI é obrigado a emitir nota fiscal?
- 18- O alvará de funcionamento é uma obrigatoriedade para MEI?
- 19- Quantos empregados o MEI pode ter?
- 20- Como faço para registrar um empregado?
- 21- O MEI precisa fazer guia de FGTS?
- 22- Quais os benefícios previdenciários do MEI?
- 23- O que é CNAE, NIRE e NIT?
- 24- Quais os escritórios no meu município que atendem o MEI gratuitamente?
- 25- Minha família pode perder o auxílio do bolsa família caso aumente a minha renda?

5. Para saber mais

Acs, Z. J., Braunerhjelm, P., Audretsch, D. B., & Carlsson, B. (2009). The knowledge spillover theory of entrepreneurship. *Small Business Economics*, 32(1), 15–30.

Acs, Z. J., Desai, S., and Hessels, J. Entrepreneurship, economic development and institutions. *Small Business Economics*, 31(3), 219-234, 2008

Audretsch, D. B., & Link, A. Entrepreneurship and innovation: Public policy frameworks. *Journal of Technology Transfer*, 37(1), 1-17, 2012.

Audretsch, D. B., & Lehmann, E. E. (2005). Does the knowledge spillover theory of entrepreneurship hold for regions? *Research Policy*, 34(8), 1191–1202.

Braunerhjelm, P., Acs, Z. J., Audretsch, D. B., & Carlsson, B. (2010). The missing link: Knowledge diffusion and entrepreneurship in endogenous growth. *Small Business Economics*, 34(2), 105–125.

Babbage. (2011). MIT and the art of innovation. *The Economist*. Retrieved from http://www.economist.com/blogs/babbage/2011/01/mit_and_art_innovation

Hills, G., & Laforge, R. W. (1996). *Marketing and entrepreneurship*. Chicago: University of Illinois.

Inova campinas:

<http://www.wipo.int/ipadvantage/en/details.jsp?id=2650>

Link, A. N. Public/private partnerships. Innovation strategies and policy alternatives. New York: Springer Science Media Inc, 2006.

Link, A. N., & Scott, J. T. Government as entrepreneur: Evaluating the commercialization success of SBIR projects. *Research Policy*, 39(5), 589–601, 2010.

MANGELSDORF, M.E. The Pitfalls of Promoting Entrepreneurship. *MIT Sloan Management Review*, Cambridge, v. 51, n. 2, p. 12-13, Winter 2010.

Moraes. R. Brasil atuais desafios e tendências da inovação. Thomson Reuters. – 01-14, 2013

Mowery, D. C., & Sampat, B. N. University patents, patent policies, and patent policy debates, 1925–1980. *Industrial and Corporate Change*, 10(3), 781–814, 2001.

Sarfati, G. Estágios de desenvolvimento econômico e políticas públicas de empreendedorismo e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em perspectiva comparada: Os casos do Brasil, Canadá, do Chile, da Irlanda e da Itália. *Revista administração Pública* – (1) 25-48, 2012

State Science and Technology Institute (SSTI). (2008). A resource guide for technology-based economic development. Washington, DC: Economic Development Administration

Styles, C. and Seymor, R.G. Viewpoint: opportunities for marketing researchers in international entrepreneurship *International marketing Review*, Vol. 23 No. 22, pp. 126-45, 2006.

Zacharakis, A. L; Bygrave, W. D. and Shepherd, D.A *Global Entrepreneurship Monitor: National Entrepreneurship Assesment: United States of America*, Kansas City, Mo.: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership, 2000

Índices para pesquisa:

-Patentes

- Facilidade em fazer negócios – Ease of doing business (Banco Mundial)

Estudos e sites de pesquisa:

Causa Mortis: O sucesso e o fracasso das empresas nos primeiros cinco anos de vida, Sebrae-SP, 2014. Disponível em:

<http://www.sebraesp.com.br/index.php/component/content/article/235-uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/mortalidade-das-empresas/12945-causa-mortis> – acesso em 04 de Jan 2015

10 Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade das Empresas, Sebrae-SP, SP, 2008. Disponível em:

http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/mortalidade/10_anos_mortalidade_relatorio_completo.pdf – acesso em 04 de Jan 2015

Pequenos Negócios em Números, Sebrae Nacional, 2014. Disponível em:

<http://www.sebraesp.com.br/index.php/234-uncategorised/institucional/pesquisas-sobre-micro-e-pequenas-empresas-paulistas/micro-e-pequenas-empresas-em-numeros> – acesso em 14 Dez 2014

Perfil do Microempreendedor Individual, Sebrae, 2013. Disponível em:

<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Perfil%20MEI%202013.PDF>

Pesquisa GEM 2013 (Global Entrepreneurship Monitor). Disponível em: <http://ois.sebrae.com.br/wp-content/uploads/2013/01/gem-2014-estudo.pdf> – acesso em 30 Jan 2015

Portal do Empreendedor. Disponível em:

www.portaldoempreendedor.gov.br – acesso em 07 Dez 2014

Quanto custa abrir uma empresa no Brasil, FIRJAN-RJ, 2010. Disponível em:

<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CE9215B0DC4012163695093205F.htm> – acesso em 21 Dez 2014

Receita Federal. Disponível em:

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados> – acesso em 03 Dez 2014

Sobrevivência das empresas no Brasil, Sebrae, SP, 2013. Disponível em:

http://gestaoportal.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/sebrae-no-rio-de-janeiro/estudos-e-pesquisas1/conjunturaeconomica/Sebrae_CE_jul13_Sobrevivencia_MPE_%20Brasil.pdf – acesso em 03 Jan 2015